



CONTRATO Nº 115/2022

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAISSÓPOLIS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 18.025.965/0001-02, com sede à Praça do Centenário nº 103, centro, Paraisópolis/MG – MG, representada pela Diretora do Departamento Municipal de Educação, Sra. **Marlene Carvalho**, simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **JET SISTEMAS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 04.653.174/0001-04, estabelecida à Rua Antônio Caixeta, nº 105, bairro Saúde, no município Pouso Alegre/MG, representado pelo Sr. Benedito Flavio Dini, portador do CPF nº 854.853.496-68, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando tudo o que consta no **PROCESSO LICITATORIO Nº 121/2022 – PREGAO ELETRÔNICO Nº 036/2022** sujeitando-se aos princípios e exigências da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, **RESOLVEM** celebrar o contrato de prestação de serviço **locação de licença de uso de software para prestação de serviço de sistema de gestão escolar para atender as escolas municipais de ensino fundamental/infantil e creche**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

01 - DO OBJETO:

Locação de licença de uso de software para prestação de serviço de sistema de gestão escolar para atender as escolas municipais de ensino fundamental/infantil e creche, conforme especificações constantes abaixo:

Item	Descrição
1	<ul style="list-style-type: none">• Módulo Secretaria Escolar• Módulo Quadro de Horários• Módulos de Atividade Remotas• Aplicativo do Responsável pelo Aluno• Módulo Professor• Módulo Supervisão• Módulo Busca Ativa• Módulo Servidores• Módulo Planejamento de Aulas• Módulos Quadro Pessoal• Módulo Renovação de Matrículas• Módulo Saúde• Módulo Matrícula Novatos• Treinamento• Suporte Técnico

02 - DA VALIDADE DO CONTRATO

I - O presente contrato terá **validade de 12 MESES** contados a partir da sua lavratura, podendo ser prorrogado conforme artigo 57 da Lei Federal 8666/1993.

II - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, o presente contrato será cancelado, garantidos, às contratadas, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pela empresa contratada são os constantes abaixo, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão nº 036/2022**, sendo:



Item 01 - Valor Mensal de R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), sendo o valor global para 12 meses de R\$ 17.820,00 (dezesete mil e oitocentos e vinte reais).

II – O valor mensal a ser pago será o constante da proposta apresentada, no **Pregão Eletrônico nº 021/2022** pela empresa contratada.

04 - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 – A prestação de serviço objeto desta licitação será realizado pela contratada de acordo com as necessidades da Administração, **durante 12 meses**, contados da lavratura do contrato.

4.2-A Contratada prestará o serviço objeto da presente licitação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, mediante solicitação da Contratante através de Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras.

4.3 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

4.4 - Para a prestação do serviço, a contratada deve possuir todas as condições de trabalho e todos os equipamentos necessários;

05 - DO PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a emissão de Documentos Fiscais e de acordo com relatório mensal, apresentado pelo responsável do setor requisitante e conferido e aprovado pelo Controle Interno;

5.2 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG.

06 - DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇO

6.1- O contrato será formalizado pelo setor de licitações.

6.2 - A contratada será obrigada a atender todos os serviços solicitados durante a vigência deste.

6.3 - Se a qualidade dos serviços não corresponder às exigências do edital do Pregão que precedeu o presente contrato, os mesmos deverão ser refeitos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.4 – A prestação de serviço deverá ser efetuado mediante Ordem de Serviço, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, local da entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.5 – A empresa contratada fica obrigado a aceitar o acréscimo de até 25 (vinte e cinco) por cento nas quantidades estimadas para fornecimento.



07 - DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceite pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.

7.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

7.3 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis/MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG.

7.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei.

7.5 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, devidamente justificado.

7.6 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis/MG pelo período de 05 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais.

7.7 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.8 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

09 – DO REAJUSTE DE PREÇOS



I - Em caso de renovação do Contrato, os valores serão atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar, poderá ser repactuado o preço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

09 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

I – O objeto deste contrato será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada fornecimento será emitido recibo, nos termos do art. 73, da Lei Federal 8.666/93.

10 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

I – O presente contrato poderá ser cancelado de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a contratada não cumprir as obrigações constantes neste contrato;

B - a contratada não retirar qualquer Ordem de Serviço no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a contratada der causa à rescisão administrativa decorrente do contrato, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F -por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

* - a comunicação do cancelamento do preço, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo;

- no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

- Pela contratada, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências deste contrato, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

- a solicitação da contratada para cancelamento dos preços deverá ser formulada com a antecedência de 30(trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I –Toda prestação do serviço objeto do presente contrato serão autorizados pelo responsável do Setor Requisitante.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram o contrato, o edital do **Pregão Eletrônico nº 021/2022** e a proposta da empresa classificada no certame supra enumerado.



II - Fica eleito o foro da comarca de Paraisópolis/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

III - Os casos omissos serão resolvidos de a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Paraisópolis/MG, 16 de maio de 2022.

MUNICIPIO DE PARAISOPOLIS – CONTRATANTE

Marlene Carvalho
Diretora do Departamento Municipal de Educação

JET SISTEMAS LTDA – CONTRATADA

Benedito Flavio Dini
CPF nº 854.853.496-68



EXTRATO DE ATA DE RP Nº 115/2022

Processo Licitatório n.º 121/2022 - Pregão Presencial n.º 021/2022

Partes: MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS/MG
JET SISTEMAS LTDA

Objeto: Locação de licença de uso de software para prestação de serviço de sistema de gestão escolar para atender as escolas municipais de ensino fundamental/infantil e creche.

Valor Mensal de **R\$ 1.485,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)**, sendo o valor global para 12 meses de **R\$ 17.820,00 (dezesete mil e oitocentos e vinte reais)**.

Data da assinatura: 16/05/2022

Vigência: Até 15/05/2023

Certifico que este extrato foi publicado em conformidade com a Lei 2.433, de 10/09/2015.

Em 16/05/2022

Kátya Lisboa de Mendonça
Setor de Licitações